

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

20 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Daniela Osório Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Maria José Gouveia*.

304940436

#### 4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

**Anúncio n.º 10779/2011**

**Processo: 6895/10.2TBMTS**  
**Insolvência pessoa singular (Apresentação)**

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolventes:

Maria Fernanda Ferreira da Silva, nascida a 12-03-1944, na freguesia de Leça da Palmeira, Matosinhos, NIF — 143717146, Cartão Cidadão — 027068668ZZ0, Endereço: Rua General Humberto Delgado, N.º 181 D, R/c, Esq.Frente, Leça da Palmeira, 4450-701 Matosinhos.

José Romero Mendes de Oliveira, nascido em 11-04-1944, freguesia de Santa Maria de Belém, Lisboa, NIF — 155016717, BI — 123017, Cartão Cidadão — 001230174ZZ7, Endereço: Rua General Humberto Delgado, N.º 181 D, R/c Esq. Frente, Leça da Palmeira, 4450-701 Matosinhos

Administrador da Insolvência Fernando Silva e Sousa, Endereço: Rua Aquilino Ribeiro, 231-3.º Esq., 4465-024 S. Mamede de Infesta

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência de Massa

Efeitos do encerramento: Os previstos nos arts.º 233.º e 234.º do CIRE

8-04-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Susana Maria Mesquita Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Maria Teresa Reis*.

304567034

#### 5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

**Anúncio n.º 10780/2011**

**Processo: 3642/11.5TBMTS-Insolvência pessoa singular**  
**(Apresentação)**

No Tribunal Judicial de Matosinhos, 5.º Juízo Cível de Matosinhos, no dia 06-06-2011, às 11 horas e 15 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): António Pedro de Almeida Soares, solteiro, NIF — 201763184, BI — 10825589, Endereço: Travessa Senhora da Penha N.º 27, Senhora da Hora, 4460-427 Porto, com domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. António Francisco Cocco Seixas Soares, Endereço: Av.º do Visconde Barreiros, 77,5.º, Maia, 4470-151 Maia

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados, correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 18-08-2011, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

04-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Liliana Novais Capela*. — O Oficial de Justiça, *Francisco José Rema Bermudes*.

304888095

#### TRIBUNAL DA COMARCA DE MONTALEGRE

**Anúncio n.º 10781/2011**

**Processo: 182/11.6TBMTR**  
**Insolvência pessoa singular (Apresentação)**

Insolvente: Maria Manuela Varandas dos Santos Dias

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Montalegre, Secção Única de Montalegre, no dia 08-07-2011, pelas 17:25 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Maria Manuela Varandas dos Santos Dias, estado civil: Casado, nascido(a) em 13-02-1971, NIF — 198321627, BI — 9928002, Endereço: Gralhós-Cx. 61, Chã, 5400-065 Chã, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Maria Clarisse Barros, Endereço: Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 29-08-2011, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

18-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ascensão Marques*. — O Oficial de Justiça, *Maria Isabel Caldas de Almeida Gonçalves*.

304933502

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DO MONTIJO

**Anúncio n.º 10782/2011**

**Processo: 1682/11.3TBMTJ**

Insolvência de pessoa singular (apresentação)

**N/ referência: 3214393**

Data: 12-07-2011.

Devedora: Vanda Marina Silva Carvalho.

Credor: Cofidis.

Publicidade da sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência

Neste Tribunal e processo em que é requerente Vanda Marina Silva Carvalho, divorciada, NIF — 184776791, BI — 8495780, Segurança social — 11075592013, moradora na Rua da Praia, 4, 2890-228 Samouco, por sentença proferida em 08-07-2011, após as 17h00, foi indeferido o pedido de declaração de insolvência.

12-07-2011. — O Juiz de Direito, *Rui Matos*. — O Oficial de Justiça, *João Fernando Paulino*.

304908652

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLHÃO

**Anúncio n.º 10783/2011**

**Processo n.º 1104/08.7TBOLH-H**

O Dr. Rodolfo Santos de Serpa, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Manuel, Filipe & Cavaco — Construções Cívicas, L.ª, NIF — 504252895, Endereço: Urbanização Vila Formosa, N.º 114 — Loja 4, Olhão, 8700-000 Olhão, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

09 de Novembro de 2009. — O Juiz de Direito, *Dr. Rodolfo Santos de Serpa*. — O Oficial de Justiça, *Regina Maria Lopes V. Godinho*.

304908563

### 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLHÃO

**Anúncio n.º 10784/2011**

**Proc.º insolvência n.º 567/11.8TBOLH**

Publicidade do despacho de indeferimento liminar do pedido de declaração de insolvência

No Tribunal Judicial de Olhão da Restauração, 3.º Juízo, nos autos Insolvência pessoa singular (Apresentação), com o n.º 567/11.8TBOLH foi proferido despacho de indeferimento liminar do pedido de declaração de insolvência contra os devedores: Luís Miguel Espírito Santo Quintans, NIF — 206355211, BI — 11060247, Endereço: Urbanização Custódia Mendes, Lote 11, 4.º Esq., 8700-335 Olhão, e Elsa Maria da Silva Cabaço Oliveira, NIF — 192403036, BI — 8849551, Endereço: Urbanização Custódia Mendes, Lote 11, 4.º Esq., 8700-335 Olhão, com sede na morada indicada.

19-04-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Miguel Fernandes*. — O Oficial de Justiça, *Luísa Maria Rodrigues Cláudio*.

304651711

### 2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

**Anúncio n.º 10785/2011**

**Processo: 1206/11.2TBOAZ**

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: Menapeças — Comércio e Importação de Peças e Acessórios para Automóveis e Camiões.

Insolvente: Arolal — Comércio de Acessórios Auto, L.ª

**Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de insolvência acima identificados**

No Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis, 2.º Juízo Cível de Oliveira de Azeméis, no dia 07-07-2011, às 18.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Arolal — Comércio de Acessórios Auto, L.ª, NIF — 507308905, Endereço: Av.ª Sr.ª da Ribeira, n.º 830, Fajões, 3700-661 Fajões, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Sebastião Campos Cruz, Endereço: Rua Dr. Serafim Lima, 245 — 1.º - Salas 6 e 7, 4785-315 Trofa.

São administradores do devedor: Helder Filipe Valente de Almeida, NIF — 242687741, Endereço: Rua Fontanário do Castelo, César, 3700-000 César, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

13/07/2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Joana Branco*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Pinho*.

304915789